



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

Versão revisada do PLO nº 63/19, Processo nº 229.246, conforme disposto no § 8º do art. 125 do Regimento Interno. Este texto vale, para todos os efeitos de tramitação, como a redação oficial do projeto, em substituição ao texto originalmente protocolado.

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 63/19

Dispõe sobre a criação, organização e atuação de grêmios estudantis nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental da rede municipal de ensino de Campinas.

Art. 1º Ficam asseguradas aos estudantes dos estabelecimentos públicos de ensino fundamental da rede municipal de ensino de Campinas a criação, organização e atuação de grêmios estudantis, como entidades representativas de seus interesses, na forma desta Lei e em conformidade com a Lei Estadual nº 15.667, de 12 de janeiro de 2015, e com a Lei Federal nº 7.398, de 4 de novembro de 1985.

Art. 2º A criação do grêmio estudantil dar-se-á mediante assembleia geral de estudantes, convocada por edital de autoria:

- I - da diretoria de ensino;
- II - do diretor da escola;
- III - dos alunos, através de abaixo-assinado; ou
- IV - da Associação de Pais e Mestres – APM.

§ 1º A assembleia referida no **caput** terá como objeto a discussão e a deliberação dos seguintes assuntos:

- I - nome do grêmio;
- II - estatuto interno do grêmio;
- III - comissão eleitoral;
- IV - data da eleição.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas-SP  
Página 1 de 2



Assinado com senha por CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA.  
Documento Nº: 44641-3523 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/app/externo/autenticar>



CMCVER202000079



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

§ 2º A assembleia geral será realizada no prazo máximo de trinta dias após a publicação do edital referido no **caput** deste artigo.

§ 3º A publicação do edital referido no **caput** será ampla e irrestrita dentro do ambiente escolar, com divulgação no interior das salas de aula e nas demais dependências de convívio escolar.

Art. 3º Os estabelecimentos públicos de ensino fundamental da rede municipal de ensino deverão assegurar ao grêmio estudantil:

- I - espaço para sua instalação e realização de suas atividades;
- II - livre alocação e circulação de seus cartazes, panfletos, jornais e publicações;
- III - acesso dos representantes do grêmio a todas as dependências da instituição.

Art. 4º Os membros da diretoria do grêmio estudantil terão asseguradas a sua permanência e a sua rematrícula desde sua eleição até um ano após o fim de seu mandato.

Art. 5º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Vereador Carlão do PT

